

Renato Marcão

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Mestre em Direito. Professor convidado no curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Rede Luiz Flávio Gomes. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), do Instituto de Ciências Penais (ICP) e do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

Plínio Gentil

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Doutor em Direito e em Fundamentos da Educação. Professor da PUCSP, das Faculdades Integradas Padre Albino — Catanduva, da UNIP-S.J.R.Preto e do Programa de Mestrado da Unitoledo — Araçatuba. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Direito na Sociedade Brasileira Contemporânea da UFSCar. Afiliado à ABEDi, ao CONPEDI, ao Instituto O Direito por um Planeta Verde e ao Movimento do Ministério Público Democrático.

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Comentários ao Título VI do Código Penal

2ª edição

revista, ampliada e atualizada

de acordo com a Lei n. 12.978, de 21 de maio de 2014

2015



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Poliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e
Ana Cristina Garcia (coords.)
Bianca Miyuki Nakazato

Arte e diagramação Isabela Agrelo Teles Veras
Revisão de provas Amélia Kassiss Ward e
Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
Paula Brito Araújo

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
Kelli Priscila Pinto
Marília Cardeiro

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão RR Donnelley
Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-22798-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marília, Escrivão
Crimes contra a dignidade sexual: comentários ao Título
VI do Código Penal / Renato Marinho, Flávia Sassi. — 2. ed.
rev., ampl. e atual. — São Paulo : Saraiva, 2013.

Bibliografia.

1. Direito penal — Brasil. 2. Direito penal — Legislação. I.
Sassi, Flávia A. B. R. II. Sassi, Renato.

14-04796

(00-343(01)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Crimes contra a dignidade sexual :
Direito penal 343(01)

Data de fechamento da edição: 9-10-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio
ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e
punido pelo artigo 184 do Código Penal.

127.269.002.001

965474

Sumário

Abreviaturas.....	9
Prefácio.....	25
Apresentação	27

Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual

DIGNIDADE SEXUAL	31
------------------------	----

Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual

ESTUPRO

1. NOÇÕES GERAIS	43
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	45
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	46
3.1. MARIDO COMETE ESTUPRO CONTRA A MULHER?.....	54
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	57
4.1. CONSTRANGIMENTO	57
4.2. ALGUÉM, MEDIANTE	60
4.3. VIOLÊNCIA	61
4.4. GRAVE AMEAÇA.....	73
4.5. CONJUNÇÃO CARNAL.....	86
4.6. ATO LIBIDINOSO.....	92
4.6.1. CONTATO FÍSICO.....	98
4.6.2. BEIJO NA BOCA	100
4.6.3. VÍTIMA DISTRAÍDA	101
4.6.4. OUTROS PONTOS IMPORTANTES	104
5. DOLO	108
6. CONSUMAÇÃO	111

7. PROVA DA INFRAÇÃO	115
7.1. PROVA PERICIAL	115
7.2. NÃO OBRIGATORIEDADE DO EXAME PERICIAL.....	116
7.3. JUÍZO NÃO VINCULADO AO LAUDO E PALAVRA DA VÍTIMA	118
7.4. PROVA DA VIOLÊNCIA.....	118
7.5. PALAVRA DA VÍTIMA	119
7.6. CUIDADOS	120
7.7. PROVA DAS QUALIFICADORAS	121
7.8. PROVA DOCUMENTAL.....	123
7.9. PROVA EMPRESTADA	125
7.10. DIREITO DE NÃO PRODUIR PROVA CONTRA SI.....	126
8. FORMAS QUALIFICADAS	126
8.1. MENOR DE 18 ANOS	126
8.2. LESÕES GRAVES E MORTE.....	130
8.2.1. RESULTADO SÓ PREVISÍVEL OU DESEJADO?.....	132
8.2.2. VÍTIMAS DAS LESÕES GRAVES OU MORTE	133
8.2.3. VIOLÊNCIA DO CONSTRANGIMENTO, OU DO ATO SEXUAL (OU DE AMBOS)?	134
8.2.4. TENTATIVA DE ESTUPRO QUALIFICADO	135
9. CONCURSO DE CRIMES E CONFLITO DE NORMAS	136
9.1. ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR: UM CONCURSO POSSÍVEL?	139
9.2. APLICAÇÃO DA LEI NOVA: COMPETÊNCIA	146
10. AÇÃO PENAL	149

VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE

1. NOÇÕES GERAIS	151
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	152
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	152
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	154
5. DOLO	163
6. CONSUMAÇÃO	163
7. PROVA DA INFRAÇÃO	165

8. CONCURSO DE CRIMES E CONFLITO DE NORMAS	166
9. AÇÃO PENAL	168

ASSÉDIO SEXUAL

1. NOÇÕES GERAIS	171
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	173
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	174
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	179
5. DOLO	183
6. CONSUMAÇÃO	184
7. PROVA DA INFRAÇÃO	185
8. CONCURSO DE CRIMES	186
9. AÇÃO PENAL	187

Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável

ESTUPRO DE VULNERÁVEL

1. NOÇÕES GERAIS	191
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	193
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	195
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	200
5. FORMAS QUALIFICADAS	203
6. DOLO	204
7. CONSUMAÇÃO	206
8. PROVA DA INFRAÇÃO	207
9. CONCURSO DE CRIMES E CONFLITO DE NORMAS	209
10. AÇÃO PENAL E DIREITO INTERTEMPORAL	211

MEDIAÇÃO DE VULNERÁVEL PARA SATISFAZER A LASCÍVIA DE OUTREM

1. NOÇÕES GERAIS	215
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	219
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	220

4. ELEMENTOS OBJETIVOS	221
5. DOLO	223
6. CONSUMAÇÃO	224
7. PROVA DA INFRAÇÃO	225
8. CONCURSO DE CRIMES E CONFLITO DE NORMAS	226
9. AÇÃO PENAL	229

SATISFAÇÃO DE LASCÍVIA MEDIANTE PRESENÇA DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE

1. NOÇÕES GERAIS	231
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	232
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	232
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	234
5. DOLO	237
6. CONSUMAÇÃO	237
7. PROVA DA INFRAÇÃO	238
8. CONCURSO DE INFRAÇÕES E CONFLITO DE NORMAS	240
9. AÇÃO PENAL	241

FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE VULNERÁVEL

1. NOÇÕES GERAIS	243
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	245
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	245
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	247
5. DOLO	251
6. CONSUMAÇÃO	252
7. PROVA DA INFRAÇÃO	253
8. CONCURSO DE INFRAÇÕES E CONFLITO DE NORMAS	255
9. AÇÃO PENAL, DIREITO INTERTEMPORAL E EFEITOS DA CONDENAÇÃO	258
10. FIGURAS EQUIPARADAS (§ 2º, I e II)	260

DA AÇÃO PENAL

1. REGRA GERAL	263
2. CONVENIÊNCIA DA AÇÃO CONDICIONADA	265
3. CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO (LESÕES GRAVES OU MORTE)	266
4. DÚVIDA SOBRE A VULNERABILIDADE DA VÍTIMA	267
5. PROCESSOS EM ANDAMENTO	268
5.1. INEXISTÊNCIA DA TRANSFORMAÇÃO AÇÃO INCONDICIONADA-CONDICIONADA	268
5.2. DESNECESSIDADE DE COLHER REPRESENTAÇÃO	270
5.3. DIREITO INTERTEMPORAL: INAPLICABILIDADE DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP	274

OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES SOBRE OS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

1. HEDIONDEZ DOS CRIMES DE ESTUPRO E FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO/EXPLO- RAÇÃO SEXUAL DE VULNERÁVEL (ARTS. 213, 217-A E 218-B)	277
1.1. AUMENTO DE PENA: O ART. 9º DA LEI N. 8.072/90	279
1.2. <i>SURSIS</i>	281
1.3. PRISÃO PREVENTIVA	281
1.4. OUTRAS QUESTÕES SOBRE HEDIONDEZ	282
2. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	283
3. O CÓDIGO PENAL MILITAR	285

Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual

MEDIAÇÃO PARA SERVIR A LASCÍVIA DE OUTREM

1. NOÇÕES GERAIS	291
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	293
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	295
3.1. SUJEITO ATIVO	295
3.2. SUJEITO PASSIVO	297
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	299

20 CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL – Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009

5. ELEMENTO SUBJETIVO	303
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	304
7. PENA	304
8. AÇÃO PENAL	305

FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

1. NOÇÕES GERAIS	307
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	310
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	312
3.1. SUJEITO ATIVO	312
3.2. SUJEITO PASSIVO	312
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	313
5. ELEMENTO SUBJETIVO	320
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	322
6.1. CONSUMAÇÃO	322
6.2. TENTATIVA	323
7. AÇÃO PENAL	324

CASA DE PROSTITUIÇÃO

1. NOÇÕES GERAIS	325
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	330
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	330
3.1. SUJEITO ATIVO	330
3.2. SUJEITO PASSIVO	331
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	331
4.1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	331
4.2. A TIPIFICAÇÃO	332
5. ELEMENTO SUBJETIVO	338
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	339
7. CONCURSO DE CRIMES E CONFLITO APARENTE DE NORMAS	341
8. AÇÃO PENAL	342

RUFIANISMO

1. NOÇÕES GERAIS	345
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	346
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	347
3.1. SUJEITO ATIVO	347
3.2. SUJEITO PASSIVO	349
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	350
5. ELEMENTO SUBJETIVO	355
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	355
6.1. CONSUMAÇÃO	355
6.2. TENTATIVA	356
7. PENA	357
8. AÇÃO PENAL	358

TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOA PARA FIM DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

1. NOÇÕES GERAIS	359
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	363
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	363
3.1. SUJEITO ATIVO	363
3.2. SUJEITO PASSIVO	365
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	366
5. ELEMENTO SUBJETIVO	373
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	374
6.1. CONSUMAÇÃO	374
6.2. TENTATIVA	376
7. AÇÃO PENAL	378
8. COMPETÊNCIA	378

TRÁFICO INTERNO DE PESSOA PARA FIM DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

1. NOÇÕES GERAIS	381
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	383

3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	384
3.1. SUJEITO ATIVO	384
3.2. SUJEITO PASSIVO	385
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	385
5. ELEMENTO SUBJETIVO	391
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	392
6.1. CONSUMAÇÃO	392
6.2. TENTATIVA	394
7. PENA	394
8. AÇÃO PENAL	396

Do Ultraje Público ao Pudor

ATO OBSCENO

1. NOÇÕES GERAIS	399
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	400
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	402
3.1. SUJEITO ATIVO	402
3.2. SUJEITO PASSIVO	402
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	403
4.1. PRATICAR ATO OBSCENO	403
4.2. LUGAR PÚBLICO, ABERTO OU EXPOSTO AO PÚBLICO	406
4.3. GENERALIDADES	407
4.4. CASUÍSTICA	408
5. ELEMENTO SUBJETIVO	411
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	413
6.1. CONSUMAÇÃO	413
6.2. TENTATIVA	413
7. PENA	413
8. AÇÃO PENAL	415

ESCRITO OU OBJETO OBSCENO

1. NOÇÕES GERAIS	417
------------------------	-----

2. BEM JURÍDICO TUTELADO	421
3. SUJEITOS DA INFRAÇÃO	422
3.1. SUJEITO ATIVO	422
3.2. SUJEITO PASSIVO	422
4. ELEMENTOS OBJETIVOS	424
4.1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	424
4.2. A TIPIFICAÇÃO	428
4.3. LUGAR PÚBLICO OU ACESSÍVEL AO PÚBLICO	435
4.4. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	436
4.5. ART. 334 DO CP	438
4.6. GENERALIDADES	439
5. ELEMENTO SUBJETIVO	439
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	440
7. PROVA DA INFRAÇÃO	440
8. PENA	442
9. AÇÃO PENAL	442

Disposições Gerais

AUMENTO DE PENA

1. NOÇÕES GERAIS	445
2. CRIME QUE RESULTA GRAVIDEZ	447
3. CONTÁGIO DE DOENÇA SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL	448

SEGREDO DE JUSTIÇA

1. NOÇÕES GERAIS	451
Referências	455